



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV**

Reunião do Conselho Fiscal

ATA nº 08/2018 – Reunião Ordinária do Conselho Fiscal

No dia 28 de junho de 2018, às 13h30min, na sede do Ituprev, situada no 9º andar do Edifício Gaplan, localizado na Av. Antônio Gazzola, nº 1001, Jardim Corazza, CEP 13.301-245, na cidade de Ituprev, estado de São Paulo. Presentes os membros do Conselho Fiscal, Marinete Barbierato, Mercedes Genebra, Paulo Bicudo, Silvia Carlini e Zélia Pereira. Presentes os convidados, Luiz Carlos Brenha (Superintendente), Teresa Peixoto (Diretora Administrativa) e Christiane Serralha (Assessora), conforme assinaturas constantes da presente. **ORDEM DO DIA – DELIBERAÇÕES:** **1. LEITURA DA ATA Nº 07/2018:** A Ata 07/2018, de 28/05/2018 foi lida e homologada, sem ressalvas, por todos os membros do Conselho. **2. LEITURA DAS ATAS Nº 09, 10 e 11/2018 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** As Atas 09, 10 e 11/2018, de 11 e 23/05 e 05/06, respectivamente, foram analisadas e aprovadas, por unanimidade, sem ressalvas. Após a leitura das atas, a Sra. Mercedes se manifestou contrária às exigências de escolaridade mínima correspondente ao curso de nível superior e a não ocupação de qualquer tipo de cargo em partido político ou sindicato para ser elegível como Conselheiro do Ituprev, conforme determinam os incisos III e V do § 8º do art. 153, da Lei Municipal nº 1.810/2016, por acreditar que todos os servidores tem o direito de participar do controle social do rpps e que, essa regulação, impede a participação da maioria. O Sr. Luiz Carlos informou que a exigência de não ocupação de cargo político ou em sindicato já constava da Lei Municipal nº 1.176/2010, de criação do Ituprev, e foi mantida na Lei Municipal nº 1.810/2016. Quanto à exigência de escolaridade mínima correspondente ao ensino superior completo, o Sr. Luiz Carlos esclareceu que o TCE/SP sempre apontava esse item em suas auditorias, com isso, na época da alteração da lei, o requisito foi acrescentado. Novamente, a Sra. Mercedes reiterou que acredita que essas vedações são inconstitucionais, por isso, solicita um parecer jurídico do artigo da lei que trata do assunto. **3. ANÁLISE DE HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATO:** A Sra. Teresa apresentou ao colegiado o 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2017, correspondente ao Processo de Compra nº 0024/2017, com a empresa LDB Consultoria Financeira Ltda. - EPP, pelo período de 12 meses, permanecendo o valor de R\$ 7.320,00, sendo R\$ 610,00 mensais. Não houve nenhuma objeção/observação, por parte dos conselheiros, na homologação do referido contrato. **4. ANÁLISE DE HOMOLOGAÇÃO DE BENEFÍCIOS:** Os conselheiros analisaram as homologações dos benefícios: A) Processo nº 0089/2018, de pensão por morte da servidora Adriana Aparecida de Jesus, com proventos de R\$ 1.189,42, sendo beneficiários seus filhos, Luís Guilherme de Souza e Gabriel de Jesus Portes Gomes, benefício nº 07.0089.2018.0004, Portaria nº 0141/2018; B) Processo nº 0230/2018, de pensão por morte, do servidor Sebastião Afonso de Toledo Waldemarin, com proventos de R\$ 954,00, benefício nº 07.0230.2018.0005, Portaria nº 0143/2018, sendo beneficiária sua esposa, Nicea Moraes Waldemarin; C) nº 0082/ 2018, de Pensão por Morte do servidor Adielson Pires de Oliveira, com proventos de R\$ 1.512,66, para companheira por 20 anos e 3 filhos até completarem 21 anos, Benefício nº 07.0082.2018.0003, Portaria nº 140/2018; D) Processo Administrativo nº 001/2018, de concessão de Pensão por Morte, de Claudia Maria Marques de Oliveira, com proventos de R\$ 3.157,76, benefício nº 07.0001.2018.0001, Portaria nº 43/2018, tendo como beneficiários seu marido, Gilberto Mendes de Oliveira, e seu filho, Davi Mendes de Oliveira; E) Processo nº 0572/2017, de aposentadoria por invalidez, da servidora Eliana Aparecida Franca, com proventos de R\$ 954,00, benefício nº 03.0572.2018.0008, Portaria nº 0164/2018; F) Processo nº 0653/2017, de aposentadoria por invalidez, do servidor José Carlos Gonçalves, com proventos de R\$ 1.502,59, benefício nº 03.0653.2018.0007, Portaria nº 0161/2018; G) Processo nº 0549/2017, de aposentadoria por invalidez, da servidora Ivone Benedita Vieira Senharelli, com proventos de R\$ 954,00, benefício nº 03.0549.2018.0011, Portaria nº 0163/2018; H) Processo nº 0574/2017, de aposentadoria por invalidez, da servidora Elaine Andrade Ferreira, com proventos de R\$ 1.054,97 benefício nº 03.0574.2018.0010, Portaria nº 0165/2018; I) Processo nº 0550/2017, de aposentadoria por invalidez, da servidora Georgina de Souza, com proventos de R\$ 954,00, benefício nº 03.0550.2018.0009, Portaria nº 0162/2018; J) nº 003/2018, de Aposentadoria por Invalidez, do servidor Benedito Hermenegildo, com proventos



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV

de R\$ 1.643,39, benefício nº 03.0003.2018.0005, Portaria nº 129/2018; K) nº 272/2016, de Aposentadoria por Invalidez, do servidor Robson Iversen, com proventos de R\$ 1.814,60, benefício nº 03.0272.2018.0006, Portaria nº 128/2018; L) nº 575/2017, de Aposentadoria por Invalidez, do servidor José Adão Silveira Barbosa, com proventos de R\$1.972,26, benefício nº 03.0575.2018.0004, Portaria nº 130/2018; M) Processo nº 0176/2018, de aposentadoria por tempo de contribuição e idade, da servidora Maria Aparecida Soares da Silva, com proventos de R\$ 1.538,82, benefício nº 01.0176.2018.0012, Portaria nº 0142/2018; N) nº 090/2018, de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade, da servidora Mariângela Augusto de Melo, com proventos de R\$3.791,50, benefício nº 01.0090.2018.0010, Portaria nº 126/2018; O) nº 133/2018, de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade, do servidor Edison Rodrigues, com proventos de R\$2.783,80, benefício nº 01.0133.2018.0011, Portaria nº 125/2018; P) nº 0499/2017 de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade de Silmara Inês Lima Eles, com proventos de R\$ 4.640,64, benefício nº 01.0499.2018.0006, Portaria nº 28/2018; Q) nº 0498/2017 de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade de Vera Lucia Corvello Fraga Moreira, com proventos de R\$ 7.122,57, benefício nº 01.0498.2018.0002, Portaria nº 21/2018; R) nº 0426/2017 de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade de Francisca dos Santos Arruda Bezerra, com proventos de R\$ 2.543,92, benefício nº 01.0426.2018.0003, Portaria nº 22/2018; S) nº 0487/2016 de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade de Hilton Roberto Cabette, com proventos de R\$ 3.456,39, benefício nº 01.0487.2018.0004, Portaria nº 23/2018; T) nº 0518/2017 de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade de Benemari Camargo de Oliveira, com proventos de R\$ 4.777,86, benefício nº 01.0518.2018.0005, Portaria nº 24/2018; U) nº 164/2018, de Aposentadoria por Idade, do servidor Francisco Guimarães Ferreira, com proventos de R\$ 1.500,08, benefício nº 02.0164.2018.0005, Portaria nº 127/2018; V) nº 0485/2017 de Aposentadoria por Idade de Nivaldo José da Silva, com proventos de R\$ 1.558,88, benefício nº 02.0485.2018.0001, Portaria nº 025/2018; X) nº 0495/2017 de Aposentadoria por Idade de Maria Eliza Corazza Olivero, com proventos de R\$ 1.620,50, benefício nº 02.0495.2018.0002, Portaria nº 026/2018; W) nº 0260/2017 de Aposentadoria por Idade de Lourivaldo Ferreira da Silva, com proventos de R\$ 954,00, benefício nº 02.0260.2018.0003, Portaria nº 27/2018. Não houve nenhuma observação/objeção, por parte dos conselheiros, nas homologações de benefícios.

5. PRESTAÇÃO DE CONTAS – MAIO/2018: o Sr. Luiz Carlos apresentou ao Conselho o Balancete da Receita, Balancete da Despesa, Boletim de Caixa, Demonstração das Aplicações e Investimentos, Extrato da posição bancária e Extrato Mensal de Investimentos com enquadramento na Resolução 3.922 e alterações. Com base nas análises efetuadas, o Conselho é de opinião unânime de que os relatórios contábeis apresentados estão de acordo com as normas legais e refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31/05/2018. O Patrimônio na ocasião era de R\$ 271.246.676,88, correspondente a uma evolução de 8,24%, no ano. Em comparação com a meta atuarial (0,92% mês e 3,56% ano), a carteira teve uma rentabilidade de -2,91% no mês e 1,62% no ano. A rentabilidade líquida acumulada desde o início do ano foi de R\$ 3.930.051,95. Quanto à taxa de administração, a evolução patrimonial no mesmo período foi de 7%, tendo como patrimônio líquido em 31/05 o saldo de R\$ 8.096.405,64. A Sra. Kiara informou ainda que os acordos de parcelamento nºs 058 e 060 estão sendo pagos pela Prefeitura, com multa e correções previstas, no dia do vencimento, honrando, portanto, com o compromisso firmado. A prestação de contas foi homologada por unanimidade, sem ressalvas.

6. PRESTAÇÃO DE CONTAS – EVENTO AGIP: O Sr. Luiz Carlos apresentou aos conselheiros as despesas decorrentes da participação de 12 pessoas (4 conselheiros de administração, 05 conselheiros fiscais e 3 servidores do Instituto) no XVI Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública - AGIP, realizado em Gramado/RS, entre os dias 07 e 09/05. O total gasto foi de R\$ 22.947,94, equivalente a R\$ 1.912,33 por pessoa, sendo R\$ 5.860,00 destinado para as inscrições, R\$ 5.985,00 para hospedagens, R\$ 7.379,68 para passagens aéreas, R\$ 637,00 para transporte terrestre (van) e R\$ 3.086,26 para alimentação e transporte local (taxi). A prestação de contas foi homologada sem ressalvas, por unanimidade.

7. CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO – AGENTE DE COMUNICAÇÃO: O Sr. Luiz Carlos informou que a Dra. Larissa, Procuradora do Instituto, por meio do Processo Administrativo nº 0336/2018, solicitou a concessão de gratificação para exercer função de



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV**

agente de comunicação, atividade esta que não está prevista no quadro de servidores do Instituto e não justifica a criação de cargo no âmbito do Instituto. A servidora vem colaborando na execução de trabalhos de comunicação visual, desenvolvendo artes para material gráfico e para as redes sociais, sem prejuízo no desempenho das atividades inerentes ao cargo que ocupa. Para casos como este, o art. 86 da Lei Municipal nº 1.175/2010 prevê a concessão de Função Gratificada. Não houve nenhuma objeção/observação quanto à concessão da gratificação. **ASSUNTOS GERAIS: 1. ATUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS JURÍDICOS:** a Dra. Larissa atualizou o Conselho sobre os processos jurídicos. O Instituto foi citado no processo do servidor Luiz Gonzaga Olímpio, que pleiteia aposentadoria por Invalidez. Já o processo de aposentadoria por Invalidez da servidora Matilde Massucato foi julgado improcedente, e o processo do servidor Paulo de Oliveira Costa está aguardando julgamento. **2. IRPF 2018 - CONSELHEIROS:** A Sra. Christiane lembrou aos conselheiros Marinete, Mercedes, Paulo, Silvia e Zélia que seus respectivos IRPF devem ser entregues com urgência ao ITUPREV. **3. CELULAR CONSELHO:** A Sra. Mercedes devolveu o celular do Conselho Fiscal para o Instituto e o chip foi disponibilizado para a secretária do colegiado, Sra. Marinete. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Ninguém querendo fazer uso da mesma, foram encerrados os trabalhos. A presente Ata foi lavrada, a qual, após lida e aprovada, será assinada por todos os conselheiros presentes na próxima reunião, em 27/07/2018. Nada mais havendo a tratar, a presidente declarou encerrada a reunião às 17h30.

Assinaturas:

Mercedes Genebra
Presidente

Zélia Pereira
Vice-Presidente

Marinete Barbierato
Secretária

Paulo Bicudo
Conselheiro

Silvia Carlini
Conselheira

Convidados:

Luiz Carlos Brenha
Superintendente

Teresa Peixoto
Dir. Administrativa

Christiane Serralha
Assessora